

# IPTU: recursos para uma cidade melhor

**CARLO CAIADO**

VEREADOR DO RIO DE JANEIRO, PELO DEM

Como é do conhecimento de todos, a arrecadação de impostos é a forma pela qual os governos obtêm recursos para a realização de investimentos, como a construção de escolas e hospitais — entre outras obras —, e para possibilitar o funcionamento dos serviços públicos. Tanto os investimentos, como a atuação da máquina pública, devem beneficiar, por uma questão de justiça, principalmente a população mais carente. Assim, o uso dos impostos deve privilegiar as regiões e aqueles moradores que mais precisam.

Naturalmente, os valores arrecadados não podem ser personalizados e considerados como de propriedade do Presidente da República, do Governador do Estado ou do Prefeito das cidades.

Diante desta questão elementar, como entender a campanha que está sendo realizada na cidade do Rio de Janeiro de não pagamento do IPTU, com o objetivo de reduzir os recursos disponíveis nos cofres municipais? É aceitável considerar como um ato de cidadania prejudicar a cidade e, conseqüentemente a população, reduzindo a capacidade da Prefeitura em realizar obras,

novos investimentos e a perfeita manutenção dos serviços públicos?

Para se dar respostas a estes questionamentos, é preciso entender que este movimento — fadado ao fracasso e contra a população — é meramente político-eleitoral, liderado por associações de moradores, muitas delas de pouca ou nenhuma representatividade, e de políticos adversários do prefeito ávidos por

---

**Ser cidadão, realmente, é fiscalizar de forma rotineira a correta aplicação dos recursos arrecadados, acompanhar e participar das audiências para a aprovação do Orçamento Municipal...**

---

aparecerem num ano eleitoral.

A decisão de lançar esta campanha de sonegação do IPTU, ou seja lá o nome que se der, decorre de uma análise primária de falsos líderes de que o que levou o prefeito Cesar Maia a vencer quatro eleições no Rio de Janeiro teria sido uma política de economizar recursos durante os três primeiros anos de governo, para utilizá-los no ano das eleições.

Por conta disto, os “líderes” deste movimento de mídia sem povo imaginaram que diminuindo os recursos conseguiriam inviabilizar o candidato do Cesar Maia. Mas, como o povo não é bobo, não embarcou nesta canoa furada e os deixou num dia ensolarado discursando para eles mesmos.

Não tenho a menor dúvida de que, em vez de ato de cidadania, a defesa do não pagamento do IPTU é, na verdade, uma medida egoísta inteiramente contrária à cidade e à população, principalmente os mais pobres.

Numa sociedade democrática, o poder — e, por conta disto, a prerrogativa de elaborar e apresentar à sociedade uma proposta de aplicação dos impostos — é conquistado através do voto, não de pretensos atalhos falsamente libertários ou da manipulação da essência correta de conceitos, como o da desobediência civil.

Ser cidadão, realmente, é fiscalizar de forma rotineira a correta aplicação dos recursos arrecadados, acompanhar e participar das audiências para a aprovação do Orçamento Municipal, e cobrar dos legítimos representantes eleitos uma postura de efetiva fiscalização e participação na elaboração do orçamento da cidade. Quaisquer outros caminhos são apenas pretensas soluções individualistas e sem o devido respaldo social.